

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	70
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.624.558
Preferenciais	0
Total	2.624.558
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	15.074.297	15.162.834
1.01	Ativo Circulante	1.036.577	672.805
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	209.396	329.551
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	209.396	329.551
1.01.02	Aplicações Financeiras	561.858	145.647
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	561.858	145.647
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	561.858	145.647
1.01.03	Contas a Receber	208.054	149.814
1.01.03.01	Clientes	208.054	149.814
1.01.03.01.01	Contas a Receber	208.054	149.814
1.01.04	Estoques	11.881	10.310
1.01.04.01	Estoques	11.881	10.310
1.01.06	Tributos a Recuperar	33.188	30.413
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	33.188	30.413
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	33.188	30.413
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.200	7.070
1.01.07.03	Adiantamentos	12.200	7.070
1.02	Ativo Não Circulante	14.037.720	14.490.029
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.223.379	1.153.015
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	157.879	128.389
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	157.879	128.389
1.02.01.04	Contas a Receber	16.434	5.037
1.02.01.04.01	Contas a Receber	16.434	5.037
1.02.01.05	Estoques	4.272	4.253
1.02.01.05.01	Estoques	4.272	4.253
1.02.01.07	Tributos Diferidos	657.905	609.840
1.02.01.07.01	Impostos Diferidos Ativos	657.905	609.840
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	17.730	17.730
1.02.01.09.04	Partes Relacionadas	17.730	17.730
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	369.159	387.766
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	340.126	361.934
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	29.033	25.832
1.02.03	Imobilizado	2.084	2.653
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.084	2.653
1.02.03.01.01	Imobilizado	2.084	2.653
1.02.04	Intangível	12.812.257	13.334.361
1.02.04.01	Intangíveis	12.812.257	13.334.361
1.02.04.01.03	Intangível	12.812.257	13.334.361

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	15.074.297	15.162.834
2.01	Passivo Circulante	2.047.555	1.885.907
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.040	9.713
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.040	9.713
2.01.02	Fornecedores	44.142	40.065
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	44.142	40.065
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.211	103.703
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.400	97.346
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	20.400	97.346
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.811	6.357
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	7.811	6.357
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	451.240	400.513
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	316.343	297.842
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	316.343	297.842
2.01.04.02	Debêntures	134.897	102.671
2.01.05	Outras Obrigações	1.505.922	1.331.913
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	25.426	25.426
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	25.426	25.426
2.01.05.02	Outros	1.480.496	1.306.487
2.01.05.02.04	Concessão de Serviço Público	1.392.867	1.207.381
2.01.05.02.05	Receita Diferida	25.956	21.057
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	13.226	22.905
2.01.05.02.07	Outros Passivos	48.447	55.144
2.02	Passivo Não Circulante	16.322.704	15.194.201
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.706.002	2.946.212
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.129.073	2.372.130
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.129.073	2.372.130
2.02.01.02	Debêntures	576.929	574.082
2.02.01.02.01	Debêntures	576.929	574.082
2.02.02	Outras Obrigações	13.420.532	12.090.430
2.02.02.02	Outros	13.420.532	12.090.430
2.02.02.02.03	Concessão do Serviço Público	13.417.273	12.089.152
2.02.02.02.04	Adiantamento de Clientes	3.259	1.278
2.02.04	Provisões	37.576	29.869
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	37.576	29.869
2.02.04.01.05	Provisão para obrigações legais	37.576	29.869
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	158.594	127.690
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	158.594	127.690
2.02.06.02.01	Receita Diferida	158.594	127.690
2.03	Patrimônio Líquido	-3.295.962	-1.917.274
2.03.01	Capital Social Realizado	2.624.558	2.624.558
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.920.520	-4.541.832

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	412.930	1.152.638	269.609	1.065.191
3.01.01	Receita Líquida de Serviços e Cessão de Espaço	404.504	1.122.689	260.808	1.037.973
3.01.02	Receita de Construção	8.426	29.949	8.801	27.218
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-320.633	-950.172	-238.629	-912.819
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-312.207	-920.223	-229.828	-885.601
3.02.02	Custo de Contrução	-8.426	-29.949	-8.801	-27.218
3.03	Resultado Bruto	92.297	202.466	30.980	152.372
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	13.497	-37.553	-89.521	-197.158
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.543	-62.362	-100.538	-209.900
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.040	24.809	11.017	12.742
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	105.794	164.913	-58.541	-44.786
3.06	Resultado Financeiro	-685.785	-1.591.665	-314.953	-695.250
3.06.01	Receitas Financeiras	17.711	50.365	24.896	38.133
3.06.02	Despesas Financeiras	-703.496	-1.642.030	-339.849	-733.383
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-579.991	-1.426.752	-373.494	-740.036
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.943	48.064	26.756	90.867
3.08.02	Diferido	7.943	48.064	26.756	90.867
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-572.048	-1.378.688	-346.738	-649.169
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-572.048	-1.378.688	-346.738	-649.169
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,189	-0,454	-0,114	-0,214
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,189	-0,454	-0,114	-0,214

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-572.048	-1.378.688	-346.738	-649.169
4.03	Resultado Abrangente do Período	-572.048	-1.378.688	-346.738	-649.169

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	574.669	509.180
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	623.187	607.286
6.01.01.01	Prejuízo do período antes dos impostos	-1.426.752	-740.036
6.01.01.02	Depreciação e amortização	602.439	575.312
6.01.01.03	Variações monetárias e encargos líquidos	1.583.331	710.357
6.01.01.04	Baixa de imobilizado e intangível	49	3.040
6.01.01.05	Perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	-28.230	125.431
6.01.01.06	Apropriação da receita diferida	-8.349	-16.069
6.01.01.07	Provisão para obrigações legais	7.707	7.052
6.01.01.08	Reequilíbrio econômico financeiro	-107.725	-58.521
6.01.01.09	Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	717	720
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	113.009	-13.510
6.01.02.01	Contas a receber	-41.407	-60.131
6.01.02.02	Estoques	-1.590	-1.413
6.01.02.03	Outros adiantamentos	-5.130	-4.120
6.01.02.04	Impostos a recuperar	19.033	20.928
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-3.201	-6.340
6.01.02.07	Fornecedores	3.165	-7.895
6.01.02.09	Obrigações com empregados e administradores	8.327	6.222
6.01.02.10	Impostos a recolher	-75.492	-23.791
6.01.02.11	Outras obrigações e contas a pagar	-6.697	-77.577
6.01.02.12	Outorga variável	128.144	116.689
6.01.02.13	Receita diferida	95.555	18.968
6.01.02.14	Adiantamento de clientes	-7.698	4.950
6.01.03	Outros	-161.527	-84.596
6.01.03.01	Juros pagos	-161.527	-84.596
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-440.099	-248.284
6.02.01	Aplicação financeira	-479.126	-255.236
6.02.02	Rendimento de aplicação financeira	52.008	37.203
6.02.03	Aquisição de intangível	-12.947	-30.244
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-34	-7
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-254.725	-73.021
6.03.01	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-254.725	-82.756
6.03.02	Captação de empréstimos	0	9.735
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-120.155	187.875
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	329.551	127.257
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	209.396	315.132

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.624.558	0	0	-4.541.832	0	-1.917.274
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.624.558	0	0	-4.541.832	0	-1.917.274
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.378.688	0	-1.378.688
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.378.688	0	-1.378.688
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.624.558	0	0	-5.920.520	0	-3.295.962

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.624.558	0	0	-4.417.802	0	-1.793.244
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.624.558	0	0	-4.417.802	0	-1.793.244
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-649.169	0	-649.169
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-649.169	0	-649.169
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.624.558	0	0	-5.066.971	0	-2.442.413

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	1.620.737	1.380.232
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.563.058	1.478.445
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	29.449	27.218
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	28.230	-125.431
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-577.280	-589.833
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-499.868	-513.796
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-47.963	-48.819
7.02.04	Outros	-29.449	-27.218
7.02.04.01	Custo de Construção	-29.449	-27.218
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.043.457	790.399
7.04	Retenções	-602.320	-575.300
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-602.320	-575.300
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	441.137	215.099
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.365	38.133
7.06.02	Receitas Financeiras	50.365	38.133
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	491.502	253.232
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	491.502	253.232
7.08.01	Pessoal	68.363	75.664
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.799	52.498
7.08.01.02	Benefícios	18.003	19.686
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.561	3.480
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	162.031	94.683
7.08.02.01	Federais	107.576	50.483
7.08.02.02	Estaduais	54.455	44.200
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.639.796	732.054
7.08.03.01	Juros	225.440	200.051
7.08.03.03	Outras	1.414.356	532.003
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.378.688	-649.169
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.378.688	-649.169

Comentário do Desempenho

GRU AIRPORT

AEROPORTO
INTERNACIONAL
DE SÃO PAULO



Relatório de Desempenho

3º Trimestre 2021

Comentário do Desempenho

**O GRU Airport atinge EBITDA de R\$ 306,9 milhões,
com margem de 75,9% no 3T21.**

São Paulo, 12 de novembro de 2021 – As informações trimestrais (3T) e as informações contábeis intermediárias são elaboradas e apresentadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração intermediária, com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Aeroporto” ou “GRU Airport” ou “Concessionária” ou “apresenta o Comentário de Desempenho referente ao período de três meses encerrados em 30 de setembro de 2021 ou 3T21.

Destaques do Período 3T21

-  O GRU Airport encerrou o 3T21 com um total de 6,6 milhões de passageiros entre internacionais e domésticos, o que representa um crescimento face ao 3T20 de 108,4%.
-  A Concessionária apresentou no 3T21 um MTA (Movimento Total de Aeronaves) de 50,9 mil movimentos, 80,6% melhor em comparação com 3T20;
-  No 3T21 o GRU Airport registrou um volume de cargas de 86,6mil toneladas movimentadas, incremento de 85,5% em comparação com 3T20;
-  A receita líquida ajustada totalizou R\$ 404,5 milhões no 3T21, um incremento de 55,1% em relação ao 3T20;
-  No 3T21 a Concessionária registrou um EBITDA de R\$ 306,9 milhões, um crescimento de 280,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA foi de 75,9%, apresentando alta de 44,9 p.p. face ao 3T20.

Comentário do Desempenho**1. CORONAVÍRUS (COVID-19)**Efeitos da pandemia do COVID-19

Em setembro de 2021, a Concessionária apresentou o seguinte desempenho operacional comparado ao mesmo período do ano anterior.

Gru Airport	2021	2020	Δ %	3T21	3T20	Δ %
Passageiros total (mil)	15.842	14.458	9,6%	6.613	3.174	108,4%
Movimento total de aeronaves	129.165	110.260	17,1%	50.893	28.183	80,6%
Carga total (toneladas)*	244.842	148.664	64,7%	86.562	46.672	85,5%

*Volume total de cargas movimentadas.

Todas as ações realizadas, pela Administração da Concessionária, como mencionado nas demonstrações contábeis divulgadas de 31 de dezembro de 2020 (publicadas na imprensa oficial em 26 de março de 2021 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br), permanecem para o ano de 2021, para a preservação da saúde financeira e continuidade dos negócios, diante ainda das incertezas dos impactos da pandemia do Coronavírus.

Entre os meses de maio e junho de 2021, uma ação que integra o Programa Nacional de Operacionalização da Vacina contra a COVID-19, do Ministério da Saúde e o Plano Estadual de Imunização garantiu a distribuição de cerca de 16 mil doses de vacina contra a COVID-19 para trabalhadores do Aeroporto. Entre as pessoas que foram imunizadas com a primeira dose estão os colaboradores diretos e prestadores de serviços terceiros da Concessionária e outros profissionais da comunidade aeroportuária.

Até o momento da divulgação dessas informações contábeis intermediárias, diante da implementação do plano de vacinação contra a COVID-19, pode-se observar uma diminuição de casos de contaminação no país, com uma consequente melhora no desempenho operacional no comparativo ao mesmo período do ano anterior.

A Administração da Concessionária continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores, clientes e comunidade aeroportuária e minimizar os impactos nas operações como está sendo realizado desde o início da pandemia.

Comentário do Desempenho

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
N.º Total de Passageiros incluindo conexões (Milhões)	6,6	3,2	108,4%	15,8	14,5	9,6%
Nº Total de Passageiros Internacionais (MM)	0,9	0,3	216,4%	2,0	3,5	-43,7%
Nº Total de Passageiros Domésticos (MM)	5,7	2,9	97,7%	13,8	10,9	26,9%
Movimentação de Aeronaves (MTA) Total Mil	50,9	28,2	80,6%	129,2	110,3	17,1%
MTA Internacional (Mil)	7,7	3,8	104,2%	21,1	23,1	-8,5%
MTA Doméstico (Mil)	43,2	24,4	76,9%	108,1	87,2	23,9%
Volume de Cargas ¹ (Mil Tons)	86,6	46,7	85,5%	244,8	148,7	64,7%
Companhias Aéreas ²	27	30	-10,0%	27	30	-10,0%
Destinos	80	82	-2,4%	80	82	-2,4%
Vagas de Estacionamento ³	9.705	9.948	-2,4%	9.705	9.948	-2,4%
Estabelecimentos Comerciais ⁴	300	304	-1,3%	300	304	-1,3%

¹ Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA)

² Considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares

³ Incluindo vagas para motocicletas

⁴ Não considerados ATMs, Comodato, Depósitos, Locações Temporárias, Vending Machines e Secure Bags

Embora a Companhia tenha apresentado aumento de 108,4% no número total de passageiros no 3T21 em relação ao mesmo período de 2020, este número é 39,9% inferior a movimentação do 3T19, período não afetado pela pandemia, que registrou 11,0 milhões de passageiros.

Foram registrados 5,7 milhões de passageiros domésticos no 3T21, desempenho 97,7% acima do 3T20, período extremamente afetado pelos efeitos da COVID-19. O segmento se recuperou rapidamente da “segunda onda” da COVID-19, iniciada no final de janeiro de 2021, devido a maior procura por destinos de lazer, principalmente na região Nordeste, com destaque para Recife, Salvador, Fortaleza e Maceió e na região Sul, destaque para Porto Alegre. No 3T21, 39,0% dos embarques foram conexões, valor superior aos 27,9% do 3T20, devido principalmente à concentração da capacidade da Latam e Gol em GRU, reforçando a estratégia de *hub* do Aeroporto.

O segmento internacional vem recuperando a demanda e as rotas perdidas devido aos efeitos da pandemia. A Companhia registrou uma movimentação de passageiros internacionais 216,4% acima do 3T20 e mercados importantes como Portugal, Espanha e Colômbia, reabriram suas fronteiras.

A movimentação de aeronaves no 3T21 foi 80,6% superior ao 3T20, com aumento de 76,9% dos voos domésticos e 104,2% dos internacionais, registrando um total de 50,9 mil pousos e decolagens. No segmento internacional, destaque para os continentes Norte Americano e Europa, que mais receberam e enviaram aeronaves no 3T21. A Latam e Copa foram as empresas internacionais que mais operaram em nosso Aeroporto. Em termos de destinos, a Cidade do Panamá e a Cidade do México foram os destinos com mais voos diretos. No segmento doméstico, destaque para as regiões Nordeste e Sul. A Latam foi a empresa doméstica que mais operou no 3T21.

O volume de cargas apresentou incremento de 85,5% no 3T21 em comparação ao 3T20. As importações tiveram forte recuperação motivadas pelo maior número de voos cargueiros internacionais e disponibilidade de capacidade de espaço para carga nas aeronaves mistas, visto que o 3T20 foi excessivamente impactado pelos efeitos da pandemia, com a limitação na oferta de voos, nomeadamente, internacionais. Com o regresso das operações internacionais, foi possível acomodar a alta demanda de cargas automotivas, farmacêuticas, eletrônicas e de maquinários. Já as exportações, cresceram também com o aumento do número de voos e beneficiando ainda da desvalorização do real e com a alta na produção de frutas e perecíveis, principais produtos exportados pelo Brasil. Adicionalmente, o aumento nas tarifas de transporte marítimo e a escassez de oferta, contribuem para a mudança de modal, beneficiando o transporte aéreo.

Comentário do Desempenho**3. RECEITA OPERACIONAL**

Receita Operacional (R\$ MM)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
Receita Tarifária	291,1	174,7	66,6%	766,7	624,5	22,8%
Receita Não Tarifária	180,7	173,6	4,1%	533,9	637,5	-16,2%
Receita Bruta Ajustada	471,8	348,4	35,4%	1.300,6	1.262,0	3,1%
Dedução da Receita Bruta	-67,3	-87,5	-23,1%	-177,9	-224,0	-20,6%
Receita Líquida Ajustada¹	404,5	260,8	55,1%	1.122,7	1.038,0	8,2%

¹ Desconsidera os impactos da contribuição tarifária e receita de construção.

No 3T21, GRU Airport registrou uma receita líquida ajustada de R\$ 404,5 milhões que corresponde a um incremento de 55,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As receitas tarifárias apresentaram crescimento de 66,6% no 3T21 em comparação ao 3T20 justificado pelo aumento da demanda de passageiros, movimentação de aeronaves e volume de cargas, com variação percentual de 108,4%, 80,6% e 85,5%, respectivamente. Houve reajuste de 9,4851% nas tarifas de passageiros e aeronaves em agosto de 2021.

A receita de cargas foi responsável por 50,6% ou R\$ 58,8 milhões da variação da receita tarifária entre os trimestres, seguida pela receita de passageiros, 35,4% e aeronaves, 14,0%. Nas cargas de importação, o volume cresceu 83,1%, devido a maior frequência de voos cargueiros e maior disponibilidade de pousos internacionais. O segmento que apresentou o melhor desempenho foi o automotivo, com acréscimo de aproximadamente 7.400 toneladas em relação ao 3T20, demonstrando a recuperação do setor.

As receitas não tarifárias apresentaram incremento de 4,1% no 3T21 em relação ao mesmo período do ano anterior com destaque para as receitas de cessão de espaço e serviços TECA, reflexo do aumento da carga movimentada no período.

Comentário do Desempenho**4. CUSTOS & DESPESAS**

Custos e Despesas (R\$ MM)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
Pessoal	-26,2	-30,8	-15,0%	-78,8	-87,4	-9,8%
Conservação & Manutenção	-21,1	-18,8	11,9%	-62,2	-61,6	1,0%
Operacionais	-40,3	-35,1	14,9%	-117,8	-116,5	1,2%
Despesas Administrativas ¹	35,4	-66,3	-153,5%	29,4	-127,3	-123,1%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados² Pré Outorga	-52,1	-150,9	-65,5%	-229,4	-392,7	-41,6%
Outorga Variável	-45,5	-29,1	56,2%	-126,0	-114,8	9,8%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados²	-97,6	-180,0	-45,8%	-355,5	-507,5	-30,0%
Depreciação & Amortização	-201,2	-139,3	44,4%	-602,3	-575,3	4,7%
Custos & Despesas Operacionais	-298,7	-319,3	-6,5%	-957,8	-1.082,8	-11,5%

¹ Considera reembolso de condomínio, PECLD e outras despesas administrativas

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção e depreciação e amortização

O total de custos e despesas operacionais ajustados Pré Outorga apresentou redução de R\$ 98,8 milhões, queda de 65,5% frente ao 3T20.

Os custos com pessoal apresentaram uma redução de R\$ 4,6 milhões, equivalente a -15,0%. Por conta da COVID-19, as operações foram reduzidas temporariamente, buscando uma melhor eficiência da operação do Aeroporto, tendo sido possível uma adequação na estrutura colaborativa operacional.

Em relação aos custos de conservação e manutenção, é observado um aumento de 11,9% correspondente a R\$ 2,2 milhões. Essa variação deve-se aos contratos que tiveram redução de custos em 2020 em virtude da situação de pandemia e menor demanda motivada pela COVID-19 e estão retomando gradativamente ao escopo pré-pandemia. Entre esses contratos destaque para os contratos de serviço de manutenção do sistema elétrico, ar condicionado, esteiras de bagagens, escadas rolantes e aumento no consumo dos materiais de movimentação de cargas, acompanhando a demanda.

No 3T21, os custos operacionais tiveram um aumento de R\$ 5,2 milhões, decorrente da retomada gradual da demanda, impactando as rubricas de inspeção de bagagens e raio-x, transporte de passageiros e movimentação de cargas, além de maior consumo de energia elétrica quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

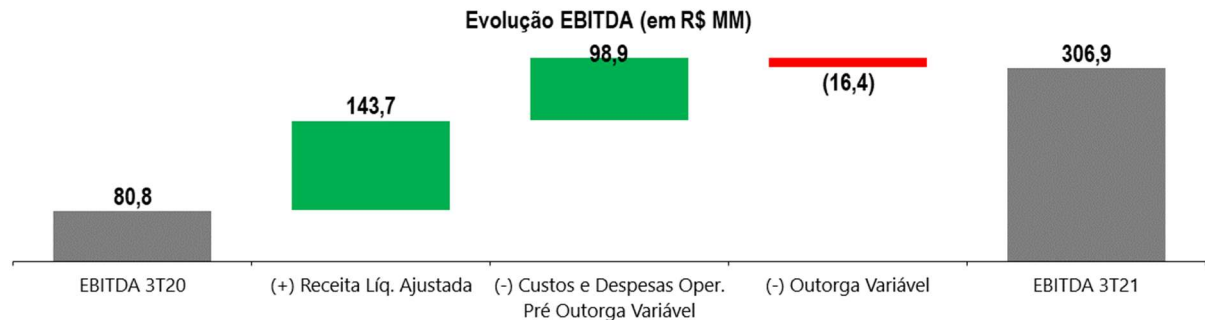
As despesas administrativas fecharam o 3T21 com saldo favorável de R\$ 35,4 milhões, justificado principalmente pela contabilização do Reequilíbrio TECA-TECA no montante de R\$ 41,2 MM, devido ao reconhecimento de receita adicional ao valor estabelecido inicialmente, após revisão a cada 5 anos exigida pela ANAC. De acordo com o voto emitido pela ANAC do processo: 00058.012626/2020-55, na qual foi deferido a revisão do saldo de Reequilíbrio do Teca R\$ 113.844.039,81 de dez/16 para R\$ 145.805.992,34 mais os efeitos de gross-up, outro fator que contribuiu para o resultado desta rubrica, foi a reavaliação dos riscos de não recebimento do saldo dos valores em aberto das contas a receber dos clientes, baseado na retomada gradual dos passageiros apresentadas no último trimestre.

A rubrica de outorga variável apresenta variação desfavorável em R\$ 16,4 milhões em relação ao 3T20, uma vez que este gasto tem relação direta com o resultado das receitas.

Comentário do Desempenho

5. EBITDA & MARGEM EBITDA

Ebitda e Margem Ebitda (R\$ MM)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
EBIT	105,8	-58,5	-280,7%	164,9	-44,8	-468,2%
(+) Depreciação & Amortização	201,2	139,3	44,4%	602,3	575,3	4,7%
EBITDA ¹	306,9	80,8	280,0%	767,2	530,5	44,6%
Receita Líquida Ajustada	404,5	260,8	55,1%	1.122,7	1.038,0	8,2%
Margem EBITDA (%)	75,9%	31,0%	44,9 p.p	68,3%	51,1%	17,2 p.p

¹ Instrução CVM Nº527/12

O EBITDA no 3T21 de R\$ 306,9 milhões, representa um crescimento de 280,0% em relação ao mesmo período de 2020. A variação positiva é justificada pela retomada gradual na demanda de passageiros, aeronaves e cargas, sendo este último, o principal responsável pelo desempenho favorável das receitas. Nas despesas, os maiores efeitos devem-se ao reconhecimento de receita adicional do Reequilíbrio TECA-TECA no montante de R\$ 41,2 MM e a reavaliação dos registros de PECLD decorrentes das renegociações junto aos clientes impactados pelo efeito da COVID-19 em 2020.

6. RESULTADO FINANCEIRO

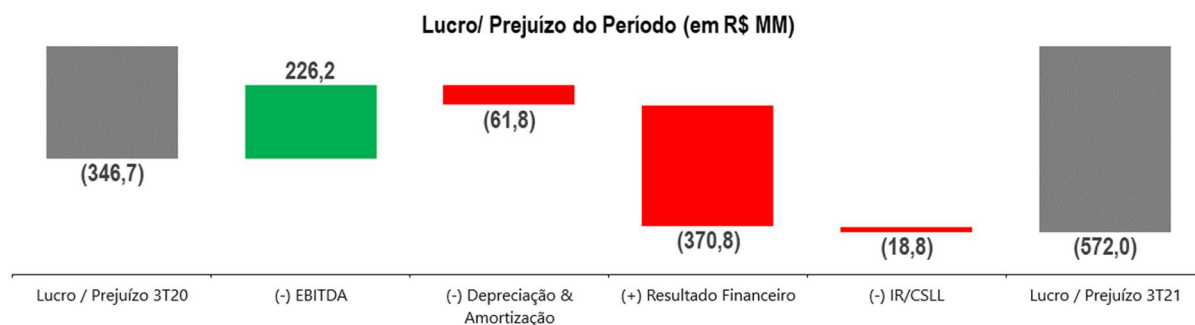
Resultado Financeiro (R\$ MM)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
Receitas Financeiras	17,7	24,9	-28,9%	50,4	38,1	32,1%
Despesas Financeiras	-703,5	-339,8	107,0%	-1.642,0	-733,4	123,9%
Resultado Financeiro	-685,8	-315,0	117,7%	-1.591,7	-695,3	128,9%

A variação desfavorável de R\$ 370,8 milhões no resultado financeiro do 3T21 em relação ao mesmo período do ano anterior é justificada pelas despesas financeiras que impactaram negativamente a rubrica dado a atualização monetária sobre a Outorga Fixa pelo IPCA no período 3T21 de 3,02% x 3T20 de 1,24%.

Comentário do Desempenho

7. RESULTADO LÍQUIDO

Resultado Líquido (R\$ MM)	3T21	3T20	▲	9M21	9M20	▲
Lucro/Prejuízo do Período	-572,0	-346,7	65,0%	-1.378,7	-649,2	112,4%



Embora o resultado operacional tenha apresentado melhora frente ao 3T20, o resultado líquido no 3T21 foi desfavorável principalmente devido ao resultado financeiro negativo decorrente dos efeitos da atualização do IPCA sobre o saldo da outorga fixa.

8. DISPONIBILIDADES & ENDIVIDAMENTO

Disponibilidade e Endividamento (R\$ MM)	3T21	3T20	▲	Variação R\$
Dívida Bruta	3.157,2	3.416,3	-7,6%	-259,1
Curto Prazo	316,3	266,3	18,8%	50,0
Longo Prazo	2.129,1	2.435,9	-12,6%	-306,8
Debêntures	711,8	714,1	-0,3%	-2,3
Disponibilidades	929,1	717,4	29,5%	211,8
Caixa e equivalentes de caixa	209,4	315,1	-33,6%	-105,7
Aplicações Financeiras	719,7	402,2	78,9%	317,5
Dívida Líquida	2.228,1	2.699,0	-17,4%	-470,9

A dívida líquida reduziu em R\$ 470,9 milhões (-17,4%) no 3T21, com relação ao mesmo período do ano de 2020. Em disponibilidades, ocorreram efeitos de caixa favoráveis desde o 3T20, que culminaram na elevação do saldo, sendo, o acordo de *stand still* realizado em maio de 2020, o qual suspendeu o pagamento de amortização do principal e juros relacionados ao empréstimo com BNDES e Bancos Repassadores por 6 (seis) meses. Houve também a Repactuação da Outorga Fixa de 2020 e Reequilíbrio econômico-financeiro de curto prazo, onde devido à queda de receita por consequência da pandemia do COVID-19, na qual resultaram na compensação do pagamento da Outorga Fixa em 2020, sem desembolso de caixa e aumentando assim, o saldo disponível em Aplicações Financeiras, principalmente considerando os recursos da conta Outorga Fixa.

Com relação a dívida bruta, observa-se uma redução de R\$ 259,1 milhões (-7,6%) no 3T21, isso ocorre principalmente pelo término do *stand still* junto ao BNDES e Bancos Repassadores, retomando assim as amortizações de principal e juros do sub-crédito A e início da amortização dos sub-créditos B e C em novembro de 2020.

Comentário do Desempenho**9. INVESTIMENTOS**

Investimentos (R\$ MM) *	9M21	2020	▲
Investimento Total **	19.294,2	19.214,5	0,4%
Imobilizado (Bruto)	11,9	12,0	-0,6%
Intangível (Bruto)	19.282,2	19.202,5	0,4%
Software e Outros	25,2	24,6	2,1%
Direito de Concessão (Investimentos)	4.362,8	4.349,0	0,3%
Outorga Fixa - Concessão	14.894,2	14.828,9	0,4%
(-) Transação não caixa	0,9	4,9	-81,4%

* Valores de 2020 reapresentados.

** Saldo do período. Não considera depreciação e amortização.

Os investimentos realizados no 9M21 apresentaram uma variação de 0,44% em relação a dezembro de 2020, equivalente a um acréscimo de R\$ 79,7 milhões. A atualização monetária da outorga fixa representa a principal variação, devido a capitalização dos juros ocasionados pela variação do IPCA no período de 9M21 6,90% contra 4,52% em dezembro de 2020. Além disso, no 9M21, destacam-se como principais investimentos: Adequações de AVCB e AVSEC, Ambientação Píer, Segregação de Bagagem TP3 e as Adequações do BID de segurança, visando a inclusão de novas tecnologias e estruturas em determinados pontos de controle de acesso nas áreas do Aeroporto.

10. EVENTO SUBSEQUENTE

Até a data de divulgação das informações contábeis intermediárias a Concessionária não apresentou nenhum evento subsequente a ser divulgado.

11. GLOSSÁRIO

Para melhor entendimento, seguem definições das siglas utilizadas ao longo deste material:

- **PAX** – Passageiros;
- **MTA** – Movimento total de Aeronaves;
- **TECA** – Terminal de Cargas;
- **ANAC** – Agência Nacional de Ação Civil (ANAC) é o órgão responsável pela regulação e fiscalização de atividades de ação civil e infraestrutura aeroportuária no país;
- **AVCB** – Auto de vistoria do Corpo de Bombeiros;
- **AVSEC** – *Aviation Security*.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

**CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO
INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.**

**EM 30 DE SETEMBRO DE 2021
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de nove e três meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e correta apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às informações contábeis intermediárias, que menciona que foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional e que descreve que no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 1.378.688, (R\$ 649.169 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020) e possui um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.010.978 (R\$ 1.213.102 em 31 de dezembro de 2020), e passivo a descoberto de R\$ 3.295.962 na referida data base (R\$ 1.917.274 em 31 de dezembro de 2020). A Administração considera o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, pois com base nos seus estudos e projeções a situação patrimonial e financeira descritas acima é prevista no plano de negócios, que indica que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Adicionalmente, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses ser positivo, a Companhia possui saldos de contas vinculadas destinadas ao pagamento da Outorga; bem como conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa, especificamente relacionados às obrigações de curto prazo junto ao BNDES, contrato este vinculado às obrigações da Outorga. Em 30 de setembro de 2021, tais questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR - da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR, mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações contábeis correspondentes: (i) ao resultado e resultado abrangente para os períodos de nove e três meses findo em 30 de setembro de 2020, (ii) às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o período de nove meses findos naquela mesma data, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre; e (iii) aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2020, e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão e de auditoria datados de 11 de novembro de 2020 e 15 de março de 2021, respectivamente, ambos sem ressalvas e com parágrafos sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações contábeis referentes as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2021

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8

José Ricardo Bordignon
Contador CRC 1SP221807/O-6

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	209.396	329.551
Aplicações financeiras vinculadas	5	561.858	145.647
Contas a receber	6	208.054	149.814
Estoques		11.881	10.310
Impostos a recuperar	7a	33.188	30.413
Adiantamentos		12.200	7.070
		<u>1.036.577</u>	<u>672.805</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	157.879	128.389
Contas a receber	6	16.434	5.037
Impostos diferidos ativos	7b	657.905	609.840
Estoques		4.272	4.253
Impostos a recuperar	7a	340.126	361.934
Partes relacionadas	8	17.730	17.730
Depósitos judiciais	14	29.033	25.832
Imobilizado	9	2.084	2.653
Intangível	10	12.812.257	13.334.361
		<u>14.037.720</u>	<u>14.490.029</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>15.074.297</u>	<u>15.162.834</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		44.142	40.065
Empréstimos e financiamentos	11	316.343	297.842
Debêntures	12	134.897	102.671
Impostos a recolher	7d	28.211	103.703
Obrigações com empregados e administradores		18.040	9.713
Concessão de serviço público	13	1.392.867	1.207.381
Partes relacionadas	8	25.426	25.426
Receita diferida	15	25.956	21.057
Adiantamento de clientes		13.226	22.905
Outros passivos	16	48.447	55.144
		<u>2.047.555</u>	<u>1.885.907</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.129.073	2.372.130
Debêntures	12	576.929	574.082
Concessão de serviço público	13	13.417.273	12.089.152
Provisão para obrigações legais	14	37.576	29.869
Receita diferida	15	158.594	127.690
Adiantamento de clientes		3.259	1.278
		<u>16.322.704</u>	<u>15.194.201</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	17	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(4.541.832)	(4.417.802)
Resultado do período		<u>(1.378.688)</u>	<u>(124.030)</u>
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(3.295.962)</u>	<u>(1.917.274)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u><u>15.074.297</u></u>	<u><u>15.162.834</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>01/01/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/01/2020 a 30/09/2020</u>	<u>01/07/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/07/2020 a 30/09/2020</u>
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		1.122.689	1.037.973	404.504	260.808
Receita de construção		29.449	27.218	8.426	8.801
Receita operacional líquida	18	1.152.138	1.065.191	412.930	269.609
Custo dos serviços prestados	19	(920.223)	(885.601)	(312.207)	(229.828)
Custo de construção	19	(29.449)	(27.218)	(8.426)	(8.801)
Lucro bruto		202.466	152.372	92.297	30.980
Despesas gerais e administrativas	19	(62.362)	(209.900)	(5.543)	(100.538)
Outras receitas e despesas	19	24.809	12.742	19.040	11.017
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		164.913	(44.786)	105.794	(58.541)
Resultado financeiro líquido	20	(1.591.665)	(695.250)	(685.785)	(314.953)
Resultado antes dos impostos		(1.426.752)	(740.036)	(579.991)	(373.494)
Imposto de renda e contribuição social	7c	48.064	90.867	7.943	26.756
Prejuízo do período		(1.378.688)	(649.169)	(572.048)	(346.738)
Prejuízo líquido por ação (em reais)	26	(0,454)	(0,214)	(0,189)	(0,114)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
Prejuízo do período	<u>(1.378.688)</u>	<u>(649.169)</u>	<u>(572.048)</u>	<u>(346.738)</u>
Total do resultado abrangente no período	<u><u>(1.378.688)</u></u>	<u><u>(649.169)</u></u>	<u><u>(572.048)</u></u>	<u><u>(346.738)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>2.624.558</u>	<u>(4.541.832)</u>	<u>(1.917.274)</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(1.378.688)</u>	<u>(1.378.688)</u>
EM 30 DE SETEMBRO DE 2021	<u>2.624.558</u>	<u>(5.920.520)</u>	<u>(3.295.962)</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>2.624.558</u>	<u>(4.417.802)</u>	<u>(1.793.244)</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(649.169)</u>	<u>(649.169)</u>
EM 30 DE SETEMBRO DE 2020	<u>2.624.558</u>	<u>(5.066.971)</u>	<u>(2.442.413)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020**(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período antes dos impostos		(1.426.752)	(740.036)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	602.439	575.312
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	49	3.040
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/19	(28.230)	125.431
Provisão para obrigações legais	14	7.707	7.052
Apropriação de receita diferida	15	(8.349)	(16.069)
Variações monetárias e encargos, líquidas		1.583.331	710.357
Reequilíbrio econômico financeiro	13/15	(107.725)	(58.521)
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	12	717	720
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		(41.407)	(60.131)
Estoques		(1.590)	(1.413)
Outros adiantamentos		(5.130)	(4.120)
Impostos a recuperar		19.033	20.928
Depósitos judiciais		(3.201)	(6.340)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		3.165	(7.895)
Obrigações com empregados e administradores		8.327	6.222
Impostos a recolher		(75.492)	(23.791)
Adiantamento de clientes		(7.698)	4.950
Outras obrigações e contas a pagar		(6.697)	(77.577)
Outorga variável	13	128.144	116.689
Receita diferida	15	95.555	18.968
Juros pagos	11/12	(161.527)	(84.596)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>574.669</u>	<u>509.180</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(479.126)	(255.236)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		52.008	37.203
Aquisição de intangível		(12.947)	(30.244)
Aquisição de imobilizado	9	(34)	(7)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(440.099)</u>	<u>(248.284)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	-	9.735
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(254.725)	(82.756)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(254.725)</u>	<u>(73.021)</u>
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(120.155)</u>	<u>187.875</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		329.551	127.257
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>209.396</u>	<u>315.132</u>
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(120.155)</u>	<u>187.875</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Receitas		1.620.737	1.380.232
Receita tarifária e não tarifária	18	1.563.058	1.478.445
Receita de construção	18	29.449	27.218
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	19	28.230	(125.431)
Insumos adquiridos de terceiros		(577.280)	(589.833)
Custos dos serviços prestados		(499.868)	(513.796)
Custo de construção	19	(29.449)	(27.218)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(47.963)	(48.819)
Valor adicionado bruto		1.043.457	790.399
Retenções			
Depreciação e amortização	19	(602.320)	(575.300)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		441.137	215.099
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	50.365	38.133
Valor adicionado total a distribuir		491.502	253.232
Distribuição do valor adicionado		491.502	253.232
Pessoal e encargos		68.363	75.664
Remuneração direta		46.799	52.498
Benefícios		18.003	19.686
FGTS		3.561	3.480
Impostos, taxas e contribuições		162.031	94.683
Federais		107.576	50.483
Municipais		54.455	44.200
Remuneração do capital de terceiros		1.639.796	732.054
Juros	20	225.440	200.051
Atualização outorga	20	1.376.474	521.736
Outros		37.882	10.267
Remuneração de capital próprio		(1.378.688)	(649.169)
Prejuízo do período		(1.378.688)	(649.169)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária”, “Companhia”, “Aeroporto” ou “GRU Airport”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. Grupar (“Grupar”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Concessionária aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da outorga fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032 (vide nota explicativa nº 13).

Em dezembro de 2020, em consequência dos desdobramentos e continuidade da pandemia da COVID-19, a Concessionária aderiu a uma nova reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa (vide Nota Explicativa nº 13).

Em 30 de setembro de 2021, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 1.378.688 (R\$ 649.169 em 30 de setembro de 2020), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.010.978 (R\$ 1.213.102 em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em R\$ 3.295.962 (R\$ 1.917.274 em 31 de dezembro de 2020). As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Pelos próximos 11 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

1.1. CORONAVÍRUS (COVID-19)

Efeitos da pandemia do COVID-19

No período de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, a Concessionária apresentou o seguinte desempenho operacional.

GRU Airport	9M21	9M20	%	3T21	3T20	%
Passageiros total (Mil)	15.842	14.458	9,6%	6.613	3.174	108,4%
Movimento total de Aeronaves	129.165	110.260	17,1%	50.893	28.183	80,6%
Carga total (Toneladas)	244.842	148.664	64,7%	86.562	46.672	85,5%

*Volume total de cargas movimentadas (não auditado).

Todas as ações realizadas, pela Administração da Concessionária, como mencionado nas demonstrações financeiras divulgadas de 31 de dezembro de 2020 (publicadas na imprensa oficial em 26 de março de 2021 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br), permanecem para o ano de 2021, para a preservação da saúde financeira e continuidade dos negócios, diante ainda das incertezas dos impactos da pandemia do Coronavírus.

Entre os meses de maio e junho de 2021, uma ação que integra o Programa Nacional de Operacionalização da Vacina contra a COVID-19, do Ministério da Saúde e o Plano Estadual de Imunização garantiu a distribuição de cerca de 16 mil doses. Entre as pessoas que foram imunizadas com a primeira dose estão os colaboradores diretos e indiretos da Concessionária e profissionais da comunidade aeroportuária.

Até o momento da divulgação dessas informações contábeis intermediárias, diante da implementação do plano de vacinação contra a COVID-19, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo uma melhora no desempenho operacional no comparativo ao mesmo período do ano anterior.

A Administração da Concessionária continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores, clientes e comunidade aeroportuária e minimizar os impactos nas operações como está sendo realizado desde o início da pandemia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das informações contábeis intermediárias

A Administração da Concessionária autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais – ITRs) em 12 de novembro de 2021, que foram elaboradas e apresentadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração intermediária, com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020, não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020”), publicadas na imprensa oficial em 26 de março de 2021 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

2.2. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Concessionária.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no período findo em 30 de setembro de 2021).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão em 2017 e 2020 que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

b) Direitos e deveres

Deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

c) Remuneração da Concessionária

Receitas Tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

d) Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

e) Utilização do complexo aeroportuário

Disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	1.753	3.588
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>207.643</u>	<u>325.963</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>209.396</u>	<u>329.551</u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (Bacen) e em operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 99,77% do CDI (121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020), investimentos de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	<u>561.858</u>	<u>145.647</u>
Conta Pagamento/ Reserva Outorga	561.858	145.647
Não circulante	<u>157.879</u>	<u>128.389</u>
CDB - Garantia Duke Energy	4.207	4.444
Conta Reserva	153.672	123.945
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u>719.737</u>	<u>274.036</u>

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 99,77% do CDI (121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Do montante de aplicação financeira registrado no ativo não circulante R\$ 4.207 (R\$ 4.444 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 96,20% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Rio Parapanema Energia (empresa do Grupo Duke Energy).

6. CONTAS A RECEBER

Em 30 de setembro de 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	30/09/2021	31/12/2020
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	96.708	86.130
Armazenagem	27.909	16.250
	<u>124.617</u>	<u>102.380</u>
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	<u>208.624</u>	<u>189.454</u>
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	<u>(108.753)</u>	<u>(136.983)</u>
Total contas a receber	<u>224.488</u>	<u>154.851</u>
Circulante	<u>208.054</u>	<u>149.814</u>
Não circulante	<u>16.434</u>	<u>5.037</u>

Em 30 de setembro de 2021, a provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 108.753 (R\$ 136.983 em 31 de dezembro de 2020).

Movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	30/09/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(136.983)	(53.504)
Adição/ Reversão	(27.485)	(133.384)
Baixa	55.715	49.905
Saldo no fim do exercício	<u>(108.753)</u>	<u>(136.983)</u>

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento, conforme quadro abaixo. Tendo em vista, o impacto da COVID-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido a deterioração da situação financeira desses clientes, para esses casos, foi realizado provisão de 100%, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

Vencimentos									
Títulos à vencer	< 30 dias	31 à 60 dias	61 à 90 dias	91 à 120 dias	121 à 150 dias	151 à 180 dias	181 à 210 dias	211 a 240 dias	> 241 dias
-	-	25,03%	39,66%	56,83%	69,84%	80,08%	91,61%	100,0%	100,0%

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	30/09/2021	31/12/2020
IRRF	1.599	2.617
IRPJ e CSLL	448	737
PIS e COFINS	31.141	27.024
INSS	-	35
Total dos impostos a recuperar - circulante	33.188	30.413
PIS e COFINS - não circulante	340.126	361.934
Total	373.314	392.347

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12), Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2021 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.206.076	1.206.076
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Total	1.224.117	1.224.117
Passivo diferido		
Outorga fiscal e margem de construção(*)	(491.054)	(525.282)
AVP outorga fiscal e reequilíbrio	(75.153)	(88.995)
Arrendamentos	(5)	-
Total	(566.212)	(614.277)
Saldo ativo diferido líquido	657.905	609.840

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2024	14.635
2025	48.534
2026	77.755
2027 a 2032	1.083.193
	1.224.117

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal e efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(1.426.752)	(740.036)	(579.991)	(373.494)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	485.096	251.612	197.197	126.988
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período				
Diferenças permanentes	(25)	(123)	253	(101)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(437.007)	(160.622)	(189.507)	(100.131)
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>48.064</u>	<u>90.867</u>	<u>7.943</u>	<u>26.756</u>

Durante o exercício de 2021 a Concessionária gerou um montante de R\$ 437.007 relacionados a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, os quais não foram reconhecidos nas informações contábeis intermediárias por não estarem suportados pelas projeções de resultado elaboradas pela administração da Companhia. O valor acumulado, até 30 de setembro de 2021 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.613.221 (R\$ 1.176.214 em 31 de dezembro de 2020).

d) Impostos a recolher

	30/09/2021	31/12/2020
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS(*)	17.643	93.833
ISSQN	7.209	5.739
	<u>24.852</u>	<u>99.572</u>
Impostos retidos sobre serviços		
ISSQN	603	618
IRRF	569	1.410
INSS	1.375	1.404
CSRF	812	699
	<u>3.359</u>	<u>4.131</u>
Circulante	<u>28.211</u>	<u>103.703</u>

(*) Em 2020, foi registrado impostos a recolher, no montante de R\$ 79.079 sobre o Reequilíbrio COVID-19 (vide Nota Explicativa nº 13).

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações contábeis intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	30/09/2021	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Acionista indireto	-	521
			<u>17.730</u>	<u>25.426</u>

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2020	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Acionista indireto	-	521
			<u>17.730</u>	<u>25.426</u>

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária e a Infraero possuem valores de receitas e custos a serem repassados entre as partes, decorrentes da transição da operação. Os valores estão sendo discutidos pela Administração, afim de liquidar os saldos entre as partes.
- (ii) O passivo com o acionista indireto INVEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos à Concessionária.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	30/09/2021	30/09/2020
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	4.889	4.378
Outros benefícios	422	700
Encargos	885	849
Total da remuneração	6.196	5.927

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2021 para o exercício de 2021, é de R\$ 12.114, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

Em 30 de setembro de 2021, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 1.903 (R\$ 1.145 em 31 de dezembro de 2020).

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 30/09/2021
Custo						
Instalações	10%	1.427	-	-	-	1.427
Máquinas e equipamentos	10%	1.771	-	-	-	1.771
Móveis e utensílios	10%	1.757	-	-	-	1.757
Veículos	20%	2.274	-	(110)	-	2.164
Equipamentos de informática	20%	4.777	-	-	29	4.806
Imobilizado em andamento		19	34	-	(29)	24
Total		12.025	34	(110)	-	11.949
Depreciação acumulada						
Instalações		(574)	(107)	-	-	(681)
Máquinas e equipamentos		(1.136)	(105)	-	-	(1.241)
Móveis e utensílios		(1.253)	(105)	-	-	(1.358)
Veículos		(1.934)	(87)	110	-	(1.911)
Equipamentos de informática		(4.475)	(199)	-	-	(4.674)
Total		(9.372)	(603)	110	-	(9.865)
Imobilizado líquido		2.653	(569)	-	-	2.084

		Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Saldo em 30/09/2020
		31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	
Custo						
Instalações	10%	11.944	-	(3)	-	11.941
Máquinas e equipamentos	10%	3.736	-	(1.962)	-	1.774
Móveis e utensílios	10%	2.758	-	(991)	-	1.767
Veículos	20%	2.274	-	-	-	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.385	-	(5.616)	-	4.769
Imobilizado em andamento		-	7	-	-	7
Total		31.097	7	(8.572)	-	22.532
Depreciação acumulada						
Instalações		(3.586)	(896)	1	-	(4.481)
Máquinas e equipamentos		(2.957)	(105)	1.959	-	(1.103)
Móveis e utensílios		(2.068)	(105)	949	-	(1.224)
Veículos		(1.780)	(122)	-	-	(1.902)
Equipamentos de informática		(9.458)	(293)	5.341	-	(4.410)
Total		(19.849)	(1.521)	8.250	-	(13.120)
Imobilizado líquido		11.248	(1.514)	(322)	-	9.412

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 30 de setembro de 2021, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

		Taxas anuais médias ponderadas de amortização %				Saldo em 30/09/2021
		Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	
Custo						
Software	20%	24.639	-	-	529	25.168
Outorga fixa - concessão	(a)	14.828.897	65.311	-	-	14.894.208
Investimento para concessão	(a)	4.326.333	3.468	(75)	28.920	4.358.646
Em andamento		22.636	11.002	-	(29.449)	4.189
Total		19.202.505	79.781	(75)	-	19.282.211
Amortização acumulada						
Software		(21.090)	(889)	-	-	(21.979)
Outorga fixa - concessão		(4.554.215)	(412.508)	-	-	(4.966.723)
Investimento para concessão		(1.292.839)	(188.439)	26	-	(1.481.252)
Total		(5.868.144)	(601.836)	26	-	(6.469.954)
Intangível líquido		13.334.361	(522.055)	(49)	-	12.812.257

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2020
Custo						
Software	20%	28.370	-	(5.854)	825	23.341
Outorga fixa - concessão	(a)	14.662.964	91.380	-	-	14.754.344
Investimento para concessão	(a)	4.303.674	14.070	(3.547)	26.393	4.340.590
Em andamento		23.541	22.408	-	(27.218)	18.731
Total		<u>19.018.549</u>	<u>127.858</u>	<u>(9.401)</u>	<u>-</u>	<u>19.137.006</u>
Amortização acumulada						
Software		(25.504)	(1.634)	5.854	-	(21.284)
Outorga fixa - concessão		(3.880.281)	(388.210)	-	-	(4.268.491)
Investimento para concessão		<u>(1.053.404)</u>	<u>(183.947)</u>	<u>829</u>	<u>-</u>	<u>(1.236.522)</u>
Total		<u>(4.959.189)</u>	<u>(573.791)</u>	<u>6.683</u>	<u>-</u>	<u>(5.526.297)</u>
Intangível líquido		<u>14.059.360</u>	<u>(445.933)</u>	<u>(2.718)</u>	<u>-</u>	<u>13.610.709</u>

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

No exercício de 2020, foi registrado na rubrica de investimentos para a concessão o montante de R\$ 9.735 referente ao arrendamento para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário (vide Nota Explicativa nº11).

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da outorga fixa.

No período findo em 30 de setembro de 2021, foram capitalizados no ativo intangível R\$ 65.311 de atualização monetária da outorga fixa (R\$ 91.380 em 30 de setembro de 2020) e R\$ 612 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 1.373 em 30 de setembro de 2020).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2021 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2020	Captação/ Liberação	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 30/09/2021
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.856.612	-	96.478	-	(156.518)	(96.729)	1.699.843
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.167	-	102	-	(292)	(102)	2.875
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	800.936	-	43.818	612	(66.401)	(44.549)	734.416
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	9.257	-	807	-	(1.294)	(488)	8.282
Total					2.669.972	-	141.205	612	(224.505)	(141.868)	2.445.416
Parcela do circulante					297.842						316.343
Parcela do não circulante					2.372.130						2.129.073

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2019	Captação/ Liberação	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 30/09/2020
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.858.211	-	104.799	-	(39.877)	(43.953)	1.879.180
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.144	-	109	-	-	(40)	3.213
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	799.061	-	46.672	1.373	(16.750)	(20.143)	810.213
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	20	-	-	(26)	-
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	-	9.735	59	-	(135)	(59)	9.600
Total					2.660.422	9.735	151.659	1.373	(56.762)	(64.221)	2.702.206
Parcela do circulante					216.082						266.314
Parcela do não circulante					2.444.340						2.435.892

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Devido aos reflexos da pandemia, houve a postergação de pagamentos junto ao BNDES. Foi feita a adesão, a partir de 15 de maio de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento firmados pela Concessionária, no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil (vide nota explicativa nº 1.1). Os pagamentos de principal e juros foram retomados em 15 de novembro de 2020.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No período findo em 30 de setembro de 2021, o montante capitalizado foi de R\$ 612 (R\$ 1.373 em 30 de setembro de 2020).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2022	81.211
2023	342.963
2024	373.902
2025 em diante	1.330.997
	<u>2.129.073</u>

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Notas ExplicativasFiança

Em 1º de julho de 2014, a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos - SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

Em 18 de setembro de 2020, a Concessionária quitou a referida carta fiança.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debentures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as seguintes cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável;
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos

Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA - Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão (vide Nota Explicativa nº 10).

Notas Explicativas



12. DEBÊNTURES

1ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

Notas Explicativas



A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Série única</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 31/12/2020	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 30/09/2021
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	333.142	41.776	(30.220)	(19.659)	-	325.039
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	348.463	42.459	-	-	-	390.922
Custo com emissão				(4.852)	-	-	-	717	(4.135)
Total				<u>676.753</u>	<u>84.235</u>	<u>(30.220)</u>	<u>(19.659)</u>	<u>717</u>	<u>711.826</u>

Parcela do circulante	102.671	134.897
Parcela do não circulante	574.082	576.929

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2019	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 30/09/2020
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	354.479	25.183	(25.994)	(20.375)	-	333.293
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	362.719	23.209	-	-	-	385.928
Custo com emissão				(5.814)	-	-	-	720	(5.094)
Total				<u>711.384</u>	<u>48.392</u>	<u>(25.994)</u>	<u>(20.375)</u>	<u>720</u>	<u>714.127</u>

Parcela do circulante	85.711	109.364
Parcela do não circulante	625.673	604.763

Em 30 de setembro de 2021, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 4.135 (R\$ 5.094 em 30 de setembro de 2020).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2022	66.797
2023	127.182
2024	127.182
2025 em diante	<u>255.768</u>
	<u>576.929</u>

Notas Explicativas



Até 30 de setembro de 2021, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal e dos juros das debêntures, conforme abaixo:

Pagamento	1º Emissão				2º Emissão	Total
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Série única	
Principal	9.856	10.063	10.301	-	-	30.220
Juros	6.376	6.564	6.719	-	-	19.659

Garantias e cláusulas restritivas financeiras (Vide Nota Explicativa nº 11).

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2020	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Saldo final 30/09/2021
Outorga variável	155.999	128.144	-	-	-	(156.002)	128.141
Outorga fixa	1.293.640	-	127.828	6.065	(42.048)	-	1.385.485
(-) Reequilíbrio	(242.258)	(18.301)	(16.202)	-	-	156.002	(120.759)
Circulante	1.207.381	109.843	111.626	6.065	(42.048)	-	1.392.867
Outorga fixa	12.183.712	-	1.248.646	59.246	42.048	-	13.533.652
(-) Reequilíbrio	(94.560)	(8.904)	(12.915)	-	-	-	(116.379)
Não circulante	12.089.152	(8.904)	1.235.731	59.246	42.048	-	13.417.273
Total	13.296.533	100.939	1.347.357	65.311	-	-	14.810.140

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

(b) Compensação da Outorga Variável conforme Decisão nº 215 da ANAC.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2019	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Saldo final 30/09/2020
Outorga variável	232.134	116.689	2.138	-	-	-	350.961
Outorga fixa	1.254.437	-	96.979	17.055	1.167.942	(9.625)	2.526.788
(-) Reequilíbrio	(9.405)	(1.688)	(19.642)	-	(9.625)	9.625	(30.735)
Circulante	1.477.166	115.001	79.475	17.055	1.158.317	-	2.847.014
Outorga fixa	11.682.545	-	422.619	74.325	(1.167.942)	-	11.011.547
(-) Reequilíbrio	(79.422)	(17.280)	(5.390)	-	9.625	-	(92.467)
Não circulante	11.603.123	(17.280)	417.229	74.325	(1.158.317)	-	10.919.080
Total	13.080.289	97.721	496.704	91.380	-	-	13.766.094

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Devido aos reflexos da pandemia da COVID-19 (vide Nota Explicativa nº 1.1), houve a adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Notas Explicativas**Outorga fixa**

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Até 31 de dezembro de 2020, a Concessionária já liquidou 08 parcelas.

Repactuação da outorga fixa

Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos.

Em 26 de outubro de 2017, a Medida Provisória nº 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da outorga fixa de 2017, a Concessionária realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000 (em valores de 2012), atualizado até esta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA.

De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergou para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), foi pago em 11 de julho de 2018, devidamente atualizado, totalizando o montante de R\$ 242.740.

Em 17 de dezembro de 2020, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Notas ExplicativasOutorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Em 17 de dezembro de 2020, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 239.776, referente a parcela de 2020 que foi prorrogada para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou com o saldo remanescente do reequilíbrio COVID-19, o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020.

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Notas Explicativas

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento “Novas exigências para alfandegamento”. A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Notas Explicativas



Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 89.079 será deduzido da parcela da outorga fixa a ser paga em 18 de dezembro de 2021.

Em agosto de 2021, mediante revisão do fluxo de caixa marginal do Contrato de Concessão do valor do reequilíbrio concedido decorrente dos impactos da pandemia do COVID-19 para o ano de 2020, dos meses de outubro a dezembro de 2020, devido as projeções utilizadas. Em decorrência dessa atualização o montante de desequilíbrio devido à Concessionária passou a corresponder R\$ 832.281, portanto uma redução correspondente a R\$ 22.633.

14. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em processos administrativos e ações judiciais perante órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

Notas Explicativas



	<u>31/12/2020</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>30/09/2021</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	25.775	10.221	(7.163)	929	29.762
Tributário (b)	165	-	(112)	2	55
Administrativos (c)	310	747	(17)	(18)	1.022
Cíveis (d)	3.619	6.886	(4.038)	270	6.737
Total	<u>29.869</u>	<u>17.854</u>	<u>(11.330)</u>	<u>1.183</u>	<u>37.576</u>

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	1.800	2.207
Tributários (b)	547.735	482.139
Administrativo (c)	40.065	42.534
Cíveis (d)	160.869	159.870
Total	<u>750.469</u>	<u>686.750</u>

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 78% do total das contingências.

b) Riscos tributários

Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2021, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, mas sem decisão administrativa. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.

Considerando o valor envolvido e a matéria discutida, vale destacar Ação Civil Pública distribuída por suposto ato de Improbidade Administrativa que teria sido praticado por ex-Prefeito de Guarulhos (processo nº 1000336-33.2019.8.26.0224), que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos cujo objeto é a alíquota de ISS entre os anos de 2012 a 2015, incidente sobre as receitas tarifárias.

Notas Explicativas

c) Riscos Administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

Depósitos recursais e judiciais

Em 30 de setembro de 2021, a Concessionária possuía R\$ 29.033 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 25.832 em 31 de dezembro de 2020).

15. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2020	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 30/09/2021
Cessão de espaço	10.616	1.280	(8.349)	7.709	11.256
Reequilíbrio	10.441	48.504	(54.341)	10.096	14.700
Circulante	21.057	49.784	(62.690)	17.805	25.956
Cessão de espaço	75.080	2.634	-	(7.709)	70.005
Reequilíbrio	52.610	43.137	2.938	(10.096)	88.589
Não Circulante	127.690	45.771	2.938	(17.805)	158.594
	<u>148.747</u>	<u>95.555</u>	<u>(59.752)</u>	<u>-</u>	<u>184.550</u>
	Saldo inicial 31/12/2019	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 30/09/2020
Cessão de espaço	12.024	-	(10.819)	9.595	10.800
Reequilíbrio	7.756	1.688	(21.120)	21.815	10.139
Circulante	19.780	1.688	(31.939)	31.410	20.939
Cessão de espaço	89.237	-	(5.250)	(9.595)	74.392
Reequilíbrio	52.707	17.280	6.599	(21.815)	54.771
Não Circulante	141.944	17.280	1.349	(31.410)	129.163
	<u>161.724</u>	<u>18.968</u>	<u>(30.590)</u>	<u>-</u>	<u>150.102</u>

Notas Explicativas



A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

16. OUTROS PASSIVOS

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Repasso PAN/PAT (a)	422	38
Repasso ao Tesouro Nacional (b)	97	15.420
Contribuição Mensal (c)	<u>47.928</u>	<u>39.686</u>
Total	<u><u>48.447</u></u>	<u><u>55.144</u></u>

- (a) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas.
- (b) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão. Em 01 de janeiro de 2021, o repasse ao Tesouro Nacional foi extinto mediante Lei nº 14.034/20 que revogou a Lei nº 9.825/99.
- (c) A Contribuição Mensal corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 30 de setembro de 2021, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2020, era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	<u>30/09/2021</u>		
	<u>Capital</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	<u><u>2.624.558</u></u>	<u><u>3.033.541.675</u></u>	<u><u>100</u></u>

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período ou exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas



18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/04/2021 a 30/09/2021	01/04/2020 a 30/09/2020
Receita operacional bruta tarifária				
Receita de aeronave e passageiros	413.541	396.568	170.838	95.891
Receita de armazenagem e capatazia	615.601	444.408	219.379	139.417
Total da receita operacional bruta tarifária	1.029.142	840.976	390.217	235.308
Receita operacional bruta não tarifária				
Receitas acessórias	533.916	637.469	180.735	173.628
Total da receita operacional bruta não tarifária	533.916	637.469	180.735	173.628
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	1.563.058	1.478.445	570.952	408.936
Deduções da receita bruta	(440.369)	(440.472)	(166.448)	(148.128)
Impostos sobre receita	(195.708)	(170.992)	(72.037)	(44.744)
Contribuição mensal	(222.553)	(177.158)	(83.925)	(50.097)
Outras deduções	(22.108)	(92.322)	(10.486)	(53.287)
Receitas líquidas de serviços tarifários e não tarifários	1.122.689	1.037.973	404.504	260.808
Receita de construção	29.449	27.218	8.426	8.801
Receita operacional líquida	1.152.138	1.065.191	412.930	269.609

Notas Explicativas



19. CUSTOS E DESPESAS

	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
Pessoal e encargos	(78.786)	(87.373)	(26.151)	(30.774)
Conservação e manutenção	(62.179)	(61.572)	(21.051)	(18.804)
Comunicação, marketing e publicidade	(585)	(773)	(171)	(237)
Seguros e garantias	(8.580)	(7.421)	(3.056)	(2.771)
Serviços de terceiros	(79.573)	(79.805)	(26.534)	(23.115)
Veículos	(549)	(404)	(174)	(124)
Consultoria e assessoria	(6.697)	(6.088)	(1.856)	(1.976)
Aluguéis e impostos	(5.333)	(5.155)	(1.704)	(1.920)
Energia elétrica	(26.962)	(25.819)	(9.285)	(8.156)
Contingências	(19.445)	(11.061)	1.395	(3.058)
PECLD*	28.230	(125.431)	16.561	(73.406)
Outorga variável	(126.030)	(114.764)	(45.496)	(29.124)
Depreciação e amortização	(602.320)	(575.300)	(201.152)	(139.310)
Custo de construção	(29.449)	(27.218)	(8.426)	(8.801)
Outros	31.033	18.207	19.964	13.426
	<u>(987.225)</u>	<u>(1.109.977)</u>	<u>(307.136)</u>	<u>(328.150)</u>
Custo dos serviços prestados	(920.223)	(885.601)	(312.207)	(229.828)
Custo de construção	(29.449)	(27.218)	(8.426)	(8.801)
Despesas gerais e administrativas	(62.362)	(209.900)	(5.543)	(100.538)
Outras receitas e despesas	24.809	12.742	19.040	11.017
	<u>(987.225)</u>	<u>(1.109.977)</u>	<u>(307.136)</u>	<u>(328.150)</u>

* Em decorrência da retomada gradual dos passageiros apresentadas no último trimestre, a Administração reavaliou os riscos de não recebimento dos valores a receber de clientes e realizou a reversão da PECLD.

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020
Receita financeira				
Juros sobre aplicações financeiras	18.583	11.430	10.736	2.378
Outras receitas financeiras	31.782	26.703	6.975	22.518
Total	50.365	38.133	17.711	24.896
Despesas financeiras				
Atualização monetária sobre outorga fixa *	(1.376.474)	(521.736)	(587.872)	(265.505)
Juros sobre debêntures	(84.235)	(48.392)	(31.852)	(19.818)
Juros sobre empréstimos	(141.205)	(151.659)	(47.298)	(50.592)
Comissões e despesas bancárias	(1.762)	(2.000)	(625)	(604)
Outros	(38.354)	(9.596)	(35.849)	(3.330)
Total	(1.642.030)	(733.383)	(703.496)	(339.849)
Total do resultado financeiro líquido	<u>(1.591.665)</u>	<u>(695.250)</u>	<u>(685.785)</u>	<u>(314.953)</u>

* A variação é justificada pela atualização monetária sobre a outorga em decorrência do aumento do IPCA no período.

Notas Explicativas



21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

22. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Concessionária contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de avaliação atuarial do Plano CV de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

Notas Explicativas



23. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2021, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto).

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Riscos operacionais	1.870.000	24/05/2021	24/05/2022	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2021	24/05/2022	AXA Corporate Solutions Seguros S/A
Garantia de obrigações públicas *	746.467	11/07/2021	04/06/2022	Fator Seguradora/Potencial Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2021	24/05/2022	Allianz Seguros S.A.
Seguro de frota	600.000	24/05/2021	24/05/2022	Tokio Marine Seguradora

*Limite de R\$ 746.467 até 10 de julho e endossado em 11 de julho de 2021.

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR, com vigência de maio de 2021 a maio de 2022 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000 com a Berkley International do Brasil Seguros S.A.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Notas Explicativas



Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros		30/09/2021		
		Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa		209.396	-	209.396
Aplicações financeiras vinculadas		719.737	-	719.737
Contas a receber		-	224.488	224.488
Partes relacionadas		-	17.730	17.730
Total do ativo		929.133	242.218	1.171.351
Passivos				
Fornecedores		-	44.142	44.142
Partes relacionadas		-	25.426	25.426
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil		-	2.445.416	2.445.416
Debêntures (*)		-	715.961	715.961
Concessão de serviço público		-	14.810.140	14.810.140
Total do passivo		-	18.041.085	18.041.085

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Instrumentos financeiros		31/12/2020		
		Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa		329.551	-	329.551
Aplicações financeiras vinculadas		274.036	-	274.036
Contas a receber		-	154.851	154.851
Partes relacionadas		-	17.730	17.730
Total do ativo		603.587	172.581	776.168
Passivos				
Fornecedores		-	40.065	40.065
Partes relacionadas		-	25.426	25.426
Empréstimos e financiamentos		-	2.669.972	2.669.972
Debêntures (*)		-	681.605	681.605
Concessão de serviço público		-	13.296.533	13.296.533
Total do passivo		-	16.713.601	16.713.601

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Notas Explicativas



Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	30/09/2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	209.396	-	209.396
Aplicações financeiras vinculadas	719.737	-	719.737
Contas a receber	-	224.488	224.488
Partes relacionadas	-	17.730	17.730
Total do ativo	929.133	242.218	1.171.351
Passivos			
Fornecedores	-	44.142	44.142
Partes relacionadas	-	25.426	25.426
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	2.445.416	2.445.416
Debêntures (*)	-	715.961	715.961
Concessão de serviço público	-	14.810.140	14.810.140
Total do passivo	-	18.041.085	18.041.085

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Notas Explicativas



Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	329.551	329.551	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	274.036	-	274.036	-
Total	603.587	329.551	274.036	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.669.972	-	2.669.972	-
Debêntures (*)	681.605	-	681.605	-
Concessão de serviço público	13.296.533	-	-	13.296.533
Total	16.648.110	-	3.351.577	13.296.533

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures, em 30 de setembro de 2021, apresentam valor de mercado de R\$ 700.240 (R\$ 620.311 em 31 de dezembro de 2020).

Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

Notas Explicativas



- Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, Nota Explicativa nº 6.

- Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 30/09/2021
Fornecedores	44.142	-	-	-	44.142
Empréstimos e financiamentos	510.635	1.083.388	1.271.548	503.135	3.368.706
Debêntures	132.527	256.257	526.238	56.119	971.141
Concessão de serviço público	1.385.485	2.867.624	3.061.921	17.229.798	24.544.828
	<u>2.072.789</u>	<u>4.207.269</u>	<u>4.859.707</u>	<u>17.789.052</u>	<u>28.928.817</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2020
Fornecedores	40.065	-	-	-	40.065
Empréstimos e financiamentos	492.191	1.001.597	1.143.740	1.057.967	3.695.495
Debêntures	123.067	253.286	377.176	211.555	965.084
Concessão de serviço público	1.293.640	2.823.526	2.922.654	18.379.046	25.418.866
	<u>1.948.963</u>	<u>4.078.409</u>	<u>4.443.570</u>	<u>19.648.568</u>	<u>30.119.510</u>

c) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Notas Explicativas



Na tabela a seguir, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Concessionária com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	30/09/2021	Risco/indexador	Cenário provável
Caixa e equivalentes de caixa (*)	209.396	CDI (% ao ano)	17.694
Aplicações financeiras vinculadas	719.737	CDI (% ao ano)	60.818
<u>Referência para ativos financeiros</u>			<u>Provável</u>

CDI (% ao ano)	8,45%
----------------	-------

(*) O montante R\$ 207.643 corresponde a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos público indexadas pelo CDI.

Passivo financeiro

Operação	30/09/2021	Risco/indexador	Cenário provável
Empréstimos e financiamentos	2.437.134	TJLP (% ao ano)	126.487
Arrendamentos	8.282	CDI (% ao ano)	700
Debêntures	715.961	IPCA (% ao ano)	33.507
Outorga Fixa	14.810.140	IPCA (% ao ano)	693.115
<u>Referência para passivos financeiros</u>			<u>Provável</u>
TJLP (% ao ano)			5,19%
CDI (% ao ano)			8,45%
IPCA (% ao ano)			4,68%

25. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	30/09/2021	30/09/2020
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	612	1.373
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	65.311	91.380
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	911	4.861
Compensação outorga variável	156.002	-

Notas Explicativas



26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas informações contábeis intermediárias.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 30 de setembro de 2021 e 2020, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021
Numerador				
Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(1.378.688)	(649.169)	(572.048)	(346.738)
Denominador (em milhares de ações)	3.033.542	3.033.542	3.033.542	3.033.542
Resultado básico e diluído por ação - em reais	<u>(0,454)</u>	<u>(0,214)</u>	<u>(0,189)</u>	<u>(0,114)</u>

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de divulgação das informações contábeis intermediárias a Concessionária não apresentou nenhum evento subsequente a ser divulgado.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de nove e três meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e correta apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às informações contábeis intermediárias, que menciona que foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional e que descreve que no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 1.378.688, (R\$ 649.169 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020) e possui um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.010.978 (R\$ 1.213.102 em 31 de dezembro de 2020), e passivo a descoberto de R\$ 3.295.962 na referida data base (R\$ 1.917.274 em 31 de dezembro de 2020). A Administração considera o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, pois com base nos seus estudos e projeções a situação patrimonial e financeira descritas acima é prevista no plano de negócios, que indica que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Adicionalmente, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses ser positivo, a Companhia possui saldos de contas vinculadas destinadas ao pagamento da Outorga; bem como conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa, especificamente relacionados às obrigações de curto prazo junto ao BNDES, contrato este vinculado às obrigações da Outorga. Em 30 de setembro de 2021, tais questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR - da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente

em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR, mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações contábeis correspondentes: (i) ao resultado e resultado abrangente para os períodos de nove e três meses findo em 30 de setembro de 2020, (ii) às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o período de nove meses findos naquela mesma data, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre; e (iii) aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2020, e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão e de auditoria datados de 11 de novembro de 2020 e 15 de março de 2021, respectivamente, ambos sem ressalvas e com parágrafos sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações contábeis referentes as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2021

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8

José Ricardo Bordignon
Contador CRC 1SP221807/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“1. O Conselho Fiscal da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 13 de agosto de 2021, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, e as respectivas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, elaborados na forma da Lei nº. 6.404/76 e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa de auditoria externa Grant Thornton Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 30 de setembro de 2021.

2. O exame dos referidos documentos e informações acima mencionados foi completado por análises de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Concessionária.

3. Desta forma e com base nos trabalhos e nos esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e no seu Relatório, emitido sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela administração da Concessionária, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Concessionária e estão em condições de serem submetidos para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas que os examinará.”

Guarulhos, 12 de novembro de 2021.

Marcelo Vieira dos Santos
Presidente da Mesa

Maria Carvalho Miranda
Secretária da Reunião

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, alterado pela Instrução CVM 586/17 de 8 de junho de 2017, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do período findo em 30 de setembro de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, alterado pela Instrução CVM 586/17 de 8 de junho de 2017, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 12 de novembro de 2021, referente às Demonstrações Financeiras da Companhia do período findo em 30 de setembro de 2021.